

# Urbanização no Terceiro Mundo, Turismo e a Metrópole

## “Desconcentrada”: Apontamentos e Contribui es Conceituais

*Kelson de Oliveira Silva*<sup>1</sup>

### Resumo

A partir da segunda metade do século XX, os países do Terceiro Mundo são incorporados ao sistema financeiro e produtivo mundial, se tornando o *locus* de volumosos investimentos que buscavam meios de acumula o e reprodu o. A urbaniza o brasileira, especialmente,   submetida a essa lógica, caracterizada por um “turbilhão demográfico” e fortemente vinculada ao setor terciário. Diante desse contexto, na década de 1990, o turismo   incorporado às políticas públicas como “alternativa” de gera o de emprego e renda. O presente trabalho se constitui em ensaio exploratório, tendo como objetivo analisar a urbaniza o e sua associa o com a pobreza, cujo *locus* passa a ser cada vez mais a grande cidade submetida a processos de dispersão e difusão das moradias, serviços, indústrias, lazer, entre outros.

**Palavras-chave:** Produ o do espaço; Urbaniza o difusa; Globaliza o.

### Urban sprawl in the Third World: notes and conceptual contributions

#### Summary

From the second half of the twentieth century, the Third World countries are incorporated into the financial system and productive world, becoming the locus of large investments seeking means of accumulation and reproduction. The Brazilian urbanization, especially, is subjected to this logic, characterized by a "whirlwind demographic" and strongly linked to the tertiary sector. In this context, in 1990, tourism is incorporated into public policies as "alternative" generation of employment and income. This paper constitutes an exploratory experiment, aiming to analyze the urbanization and its association with poverty, whose locus becomes increasingly large city subjected to dispersion processes and dissemination of housing, services, industries, leisure, between others.

**Key words:** Production of space; dispersed urbanization; Globalization.

#### Introdu o

A produ o do espaço pressupõe a participa o de diferentes agentes sociais, no entanto, e na medida em que a globaliza o se aprofunda, observa-se que o capital vem atuado de forma cada vez mais intensa, estruturando meios que possibilitem e garantam a manuten o de sua reprodu o.

A característica de desigualdade espacial do capitalismo apresenta-se, nesse sentido, como o elemento imprescindível de sua sobrevivência; de forma que essa diferencia o se materializa nas taxas de lucro, na produtividade do trabalho, nos índices salariais, no custo dos materiais necessários   reprodu o da força de trabalho, nos níveis de tecnologia e mecaniza o, na organiza o do trabalho e na incidência da luta de classe.

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pelo PPGe/UFRN. Professor da Esc. Est. Inter. Ubaldo B. Melo.

A globalização marca o momento histórico recente, costumeiramente associado a ideia do pensamento único, política única, cultura única em que se pretende representar de modo único toda a humanidade, embora, não se possa negar que contradizendo essa perspectiva, o aprofundamento do capitalismo acirrou diferenças e fez emergirem movimentos regionalistas e locais contrários ao processo de mundialização.

Com a globalização, os países do Terceiro Mundo são incorporados ao sistema financeiro e produtivo mundial e as cidades por sua concentração de capital e pessoas, tornam-se o *locus* de volumosos investimentos que buscam meios de acumulação e reprodução. A urbanização brasileira, especialmente, é submetida a essa lógica de acumulação e reprodução, apresentando um quadro caracterizado por um “turbilhão demográfico”, fortemente vinculado ao setor terciário. Esse processo revela uma crescente associação com a pobreza, cujo *locus* passa a ser cada vez mais a cidade, sobretudo, a média e a grande cidade.

Na década de 1990, diante do quadro socioespacial de pobreza que caracteriza a urbanização brasileira, o turismo é incorporado às políticas públicas como “alternativa” de geração de emprego e renda; sendo, igualmente, apontado como vetor de transformação espacial, responsável pela urbanização e metropolização da zona costeira, no país.

Nesse sentido, observa-se que o processo de urbanização, em algumas regiões metropolitanas, ocorre de forma desconcentrada, polinucleada, depende da ação das relações capitalistas tanto na agricultura quanto na indústria. Esse espraiamento do tecido urbano analisado pelo seu caráter de dispersão, difusão ou descontinuidade territorial, coloca em dúvida a distinção conceitual entre cidade e campo.

Igualmente, se observam no processo de urbanização do Brasil, formas de acumulação em que o capital se reinventa lançando no mercado novos produtos, entre outros, loteamentos e condomínios fechados; produtos esses associados a ideais de segurança, qualidade ambiental e de vida, objetos geográficos presentes na cidade dispersa.

Essa segregação e fragmentação do tecido urbano expressam a articulação dos interesses da produção imobiliária e de outros setores econômicos, entre eles, o turismo. Diante desse inquietante quadro socioambiental, o turismo se manifesta como uma das atividades responsáveis por promover significativas transformações no ordenamento, ocupação e uso do território, de forma que o trabalho em questão pretende analisar a

relação entre capital, turismo e o processo de urbanização difusa, consultando bibliografia específica sobre o tema.

### **Globalização e a produção do espaço urbano**

Na produção do urbano, observa-se uma dialética entre o concebido e o vivido, materializada nas temporalidades e espacialidades ligada ao uso e apropriação que se faz da cidade (LEFEBVRE, 2006). Essa dinâmica socioespacial pode ser analisada, sobretudo, nos espaços urbanos que expressam à forma metropolitana. O cotidiano desses lugares designa uma atividade criadora por meio da construção individual e coletiva dos seus moradores diante da (re)produção do espaço.

Porém, considerando o papel do capital na produção do espaço, não se deve negligenciar o fato que “a problemática espacial e suas ramificações sócio-espaciais dependem da importância atribuída ao desenvolvimento geograficamente desigual na gênese e na transformação do capitalismo” (SOJA, 1993, p. 129).

Essa condição de desigualdade espacial do capitalismo apresenta-se, intrinsecamente, como meio necessário a sua sobrevivência contínua (SOJA, 1993). Soja (1993), afirma que a existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual, desse modelo econômico.

De acordo com o autor, o que torna o espaço diferenciado são as taxas de lucro, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os níveis de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classe:

Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográfica e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e da infra-estrutura social, da concentração localizada de centros de controle da mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não-capitalistas de produção (SOJA, 1993, p. 132).

Entretanto, Soja (1993) afirma que existe uma tendência persistente e crescente de homogeneização e redução dessas diferenciações geográficas. Para ele, essa tensão dialética entre diferenciação e igualação é a dinâmica subjacente do desenvolvimento geograficamente desigual. Essa desigualdade intrínseca do capitalismo se exacerbou na medida em que o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional possibilitou

que as grandes corporações nacionais e internacionais atuassem de forma sistematicamente conectadas, nessa atual fase histórica denominada de globalização.

Para Vergopoulos (2005), a noção de globalização aparece hoje como a inevitável referência mítica em toda reflexão econômica, política e social contemporânea, como peça principal da nova ideologia dominante. Ele defende que, no momento, a referência à globalização não deve se limitar a sua dimensão mundial, aceita desde o século XVI, afirmando que é necessário considerar outros elementos ainda mais importantes, como a integração dos Países do Terceiro Mundo no sistema mundial, a exacerbação da concorrência internacional, a fuga dos capitais produtivos dos países industrializados para os países exóticos onde os custos do trabalho são pequenos e competitivos.

Ao analisar o processo de globalização sobre os países do Terceiro Mundo, Brandão (2007), considera que o Brasil resistiu, bem ou mal, ao rentismo e ao neoliberalismo nos anos de 1980, mas capitulou nos anos de 1990. Conseguiu sair de dois choques do petróleo, mas sucumbiu ao choque dos juros dado pelo *Federal Reserve* (BRANDÃO, 2007).

Harvey (2011), afirma que com a globalização as barreiras artificiais do comércio, como tarifas e cotas, foram reduzidas; enfatizado que o trabalho foi desempoderado, significando baixos salários; e os trabalhadores pobres não mais constituem um mercado vibrante. Dessa forma, as dívidas familiares dispararam, demandando apoio e promoção de instituições financeiras para socorrer os trabalhadores, cujos rendimentos não estavam aumentando.

Diante do fato que os mercados financeiros internacionais estão perfeitamente integrados, operando em escala global, em razão da disponibilidade de um conjunto de sistemas de objetos e ações presentes na atual fase histórica, questiona-se o avanço da fome, da subalimentação, da pauperização em escala mundial, da poluição industrial, da destruição do meio ambiente, da propagação de doenças de origem econômica ou de um modelo de civilização (VERGOPOULOS, 2005).

De acordo com Vergopoulos (2005), o fenômeno da exclusão social, o número crescente de desempregados, dos sem-teto e dos sem-recursos resultam do jogo de forças do mercado e das opções soberanas do Estado-Nação, responsáveis por esse quadro socioespacial inquietante.

Considerando o dever do Estado na garantia da justiça social, questiona-se a natureza das políticas implementadas na produção do espaço urbano, esvaziada de um conteúdo verdadeiramente democrático, fundamentado na ideia de equidade sócio-

espacial. Posto que, a maioria das políticas sociais deveriam ser diretamente elaboradas como tentativas de manter uma dada distribuição de renda em um sistema social ou para a redistribuição entre vários grupos sociais que constituem uma sociedade (HARVEY, 1980).

Harvey (1980) recomenda que essas políticas de distribuição e redistribuição de renda, levem em consideração os mecanismos que geram desigualdades, porque, é pelo controle e manipulação desses mecanismos que se alcançará o sucesso dessas iniciativas, atendendo as necessidades sociais consideradas fundamentais e básicas.

Entretanto, é importante ressaltar que o conceito de necessidade é relativo, de forma que as necessidades não são constantes porque elas são categorias da consciência humana e na medida em que a sociedade se transforma, a consciência da necessidade transforma-se do mesmo modo (HARVEY, 1980).

De acordo com Harvey (1980), essas necessidades podem ser definidas em nove categorias, assim classificadas: 1 - alimentação; 2 - habitação; 3 - cuidados médicos; 4 - educação; 5 - serviço social e ambiental; 6 - bens de consumo; 7 - oportunidade de lazer; 8 - amenidades de vizinhança; e, 9 - facilidades de transporte. Essas categorias são essenciais para que o processo de urbanização ocorra de forma socialmente justa, garantido ao cidadão condições de vida dentro de um mínimo padrão relativamente saudável e satisfatório.

No que diz respeito ao processo de urbanização no Terceiro Mundo, essas categorias definidas e classificadas por Harvey (1980), se não completamente, mas pelo menos em parte, foram negligenciadas ou se encontram precariamente disponíveis. Nesse caso, o Brasil é exemplo emblemático de uma urbanização marcada por uma macrocefalia, que embora, com diferenças de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas semelhantes. Embora, essas cidades apresentem diferenciações no que diz respeito ao tamanho, demografia, tipos de atividades e região em que se inserem, se observam em todas elas:

[...] problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visível se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte (SANTOS, 2008, p. 105).

Santos (2008) afirma que esse quadro socioespacial era menos evidente na primeira metade do século XX, mas a urbanização corporativa, ou seja, aquela empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas nacionais e estrangeiras

se constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, canalizados para atender interesses econômicos, em detrimento dos gastos sociais. Nesse sentido, os meios capitalistas servem, invariavelmente, aos fins do próprio capitalismo; fins esses não compatíveis com os objetivos de justiça social (HARVEY, 1980, p. 96).

Santos (2008) define a urbanização brasileira, primeiramente como litorânea, antes mesmo e depois da mecanização do território, de forma que a partir do século XX, esse processo se generaliza e evolui estando ainda presente na fase atual de macrourbanização e metropolização do país.

A urbanização brasileira é caracterizada por um turbilhão demográfico e pela terciarização, considerados por Santos (2008) como fatos notáveis desse processo. Segundo o autor, a urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana, indicando que há presentemente no país, uma forte distinção entre um Brasil urbano que inclui áreas agrícolas e um Brasil agrícola que inclui áreas urbanas.

Registra-se, de certo modo, uma diminuição relativa das macrocefalias nas cidades milionárias (especificamente São Paulo e Rio de Janeiro), devido o desenvolvimento de cidades intermediárias ao lado de cidades locais, todas, segundo Santos (2008), adotando um modelo geográfico de crescimento espraiado, com tamanho desmesurado como causa e efeito da especulação imobiliária, caracterizadas pela dispersão ou seja, desconcentradas.

Pode-se, nesse sentido, identificar na metropolização contemporânea brasileira, um processo de desmetropolização, que de acordo com Santos (2008), são fenômenos que ocorrem simultaneamente, igualmente, caracterizados como disperso, difuso, multipolinucleado e ou desconcentrado.

O processo contemporâneo de urbanização, no Brasil, revela uma crescente associação com a pobreza, cujo *locus* passa a ser cada vez mais, a cidade, sobretudo, a média e a grande cidade, no sentido que:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2008, p. 10).

A cidade de São Paulo revela, nesse contexto, maior importância enquanto metrópole global, incluindo nessa categoria outras duas cidades brasileiras: Rio de



Janeiro e Brasília (SANTOS, 2009). Entretanto, segundo Santos (2009), São Paulo é a metrópole que se enquadra melhor nessa análise, devido sua situação incontestável de primazia urbana, em virtude de sua produção material e intelectual.

Embora, as versões de 1972, 1987 e 2000 tenham recebido críticas coerentes (EGLER, 2011), o estudo das Regiões de Influência das Cidades - REGIC de 2007 (IBGE, 2008), na sua versão mais recente, apresenta alguns avanços metodológicos que confirmaram a importância urbana da cidade de São Paulo.

A capital paulista, segundo o REGIC de 2007 (IBGE, 2008), se sobrepõe a outros importantes centros submetidos a fluxos intensos que articulam de forma hierárquica uma malha urbana, direta e indiretamente vinculada à sua lógica de reprodução (Figura 1). Nesse sentido, pode-se afirmar que São Paulo é mesmo uma metrópole onipresente em todo território nacional, sendo igualmente a cidade em que são mais fortes e significativas as relações internacionais corporativas (SANTOS, 2009), responsáveis, em grande parte, pela produção desse espaço urbano.

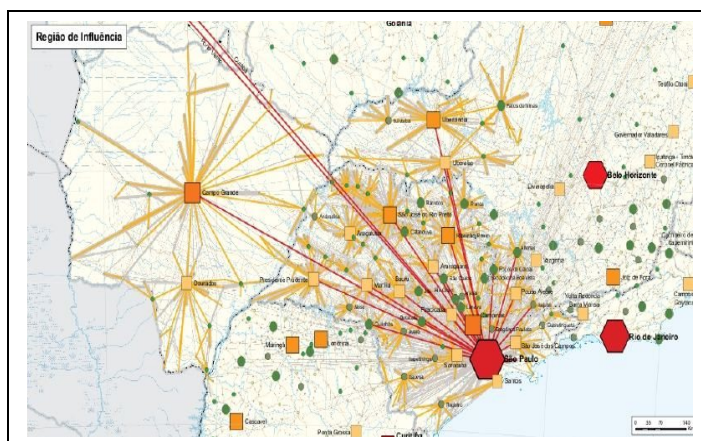


Figura 1 – Influência urbana de São Paulo  
Fonte: IBGE (2008).

Essas metrópoles globais do Terceiro Mundo (São Paulo, Cidade do México, entre outras) ostentam características particulares consideradas consequência da modernidade incompleta dessas cidades e dos seus países (SANTOS, 2009). Para Santos (2009), a divisão internacional do trabalho é um dado comum às metrópoles mundiais do Terceiro Mundo. Em razão desse fato, as restrições existentes e que impedem uma mobilidade mais completa, reforça a posição de centralidade, embora que relativa, de certas regiões e de certos lugares. No caso do Brasil, o Sudeste, se configura como região privilegiada e os lugares que assumem maior importância nesse contexto, são as metrópoles e as

idades médias que se desenvolveram devido a atividade agrícola e industrial (SANTOS, 2009).

### **A atividade turística**

No litoral brasileiro, sobretudo na Região Nordeste, a expansão dos mais diversos equipamentos turísticos de restauração, lazer, entretenimento, hotelaria, residências secundárias, entre outros, tem implicado na ocupação de trechos da orla contribuindo para o processo de urbanização difusa e metropolização.

O turismo é apontado como vetor de transformação espacial, responsável pela urbanização e intensificação dos usos da zona costeira no Brasil (MORAES, 2007), considerado como sendo uma das formas de acumulação do capital. Nesse sentido, observa-se que o processo de valorização das áreas de praia tem como um dos seus condicionantes, o fato que “o litoral também se particulariza, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer” (MORAES, 2007, p. 21).

No que se refere ao mercado imobiliário e o turismo, segundo Coriolano (2007), a valorização relativamente recente das áreas de costa se constitui no elemento responsável pela fragmentação em grandes e pequenas porções do litoral, privatizado para o uso das residências secundárias, da rede hoteleira e em especial dos resorts.

Com a importância social atribuída as zonas de praias - primeiramente como recurso terapêutico e depois recreativo – a partir da introdução do banho de mar no século XVIII no Mediterrâneo, e no início do século XIX no Brasil, (CORBIN, 1989; CORIOLANO, 1998), observa-se que gradativo e crescente fluxo de pessoas se deslocam em direção ao litoral, de tal forma que:

Hoje, do litoral a oeste de Fortaleza até o centro da costa do Rio Grande do Sul, pode-se aventar que inexistem terrenos sem pelo menos um proprietário formal ou reivindicante, sendo, além disso, comuns as situações de conflito pela posse da terra ao longo de todo litoral brasileiro (MORAES, 2007, p. 27).

Essa intensa dinâmica mercantil plenamente instalada nas zonas litorâneas, especialmente, nas regiões metropolitanas tem como desdobramento sérios problemas socioambientais e de sobreposição de títulos de propriedade (MORAES, 2007). De forma que por falta de planejamento e fiscalização por parte do poder público, observam-se nessas áreas costeiras, problemas socioambientais associados a construção de shopping centers, edificações diversas, condomínios fechados, infraestrutura viária e uma infinidade



de objetos geográficos e serviços especializados para o turismo (LUCHIARI, 2002), comprometendo o estatuto legal que define a praia como bem de uso comum do povo.

No caso do litoral nordestino, a partir da década de 1980, a Região “começa a ser vendida como o Novo Caribe, o Novo Mediterrâneo, a Nova Flórida” (RODRIGUES, 1999, p. 149), processo esse induzido, à princípio, por iniciativa dos governos estaduais com a criação de polos turísticos equipados com uma infraestrutura urbana para a instalação da rede hoteleira de cada estado. Em função dessa intervenção do poder público patrocinando o setor hoteleiro, observa-se um incremento dos fluxos turísticos, entretanto, sem que houvesse por parte do Estado uma preocupação com as formas de uso e ocupação das áreas costeiras.

O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado brasileiro a estruturar parte de sua rede hoteleira nesse modelo mexicano de polos turísticos, criando o Parque das Dunas/Via Costeira, localizado na cidade Natal, seguido de outros estados: Projeto Cabo Branco, em João Pessoa/PB; Projeto Costa Dourada, no litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas; e Projeto Linha Verde, no litoral norte do estado da Bahia (CRUZ, 2002).

Na década de 1990, com a implantação do PRODETUR/NE, o turismo na região é incrementado, tendo como resultado, entre outros, o desmonte de dunas para loteamentos de residências secundárias, a construção de hotéis, pousadas, equipamentos de lazer, recreação e entretenimento (RODRIGUES, 1999), implicando em danos ecológicos e sociais, nesse sentido, particularmente com a privatização das áreas costeiras de propriedade da União.

Diante desse inquietante quadro socioambiental, identifica-se o turismo como sendo uma das atividades responsáveis por promover significativas transformações no ordenamento, ocupação e uso do território, o que se constitui certamente, em desafio para o poder público ao se considerar principalmente, que *la ciudad ha de construirse para el bienestar de los ciudadanos* (CAPEL, 2007).

### **A cidade polimultinucleada**

O modelo norte-americano de urbanização caracterizado pela forma difusa, dispersa, polinucleada e expansível, teve início no século XIX e ampliou-se em ritmo e intensidade, por meio de movimentos centrífugos de expansão territorial da cidade, atingindo seu ápice no período pós-guerra (SPOSITO, 2009; SOJA, 1993).

Soja (1993) elaborou um quadro geral da evolução da forma urbana dispersa, analisando a reestruturação interna e regional da cidade capitalista, da segunda década do XIX até os anos setenta do século XX (Figura 2).

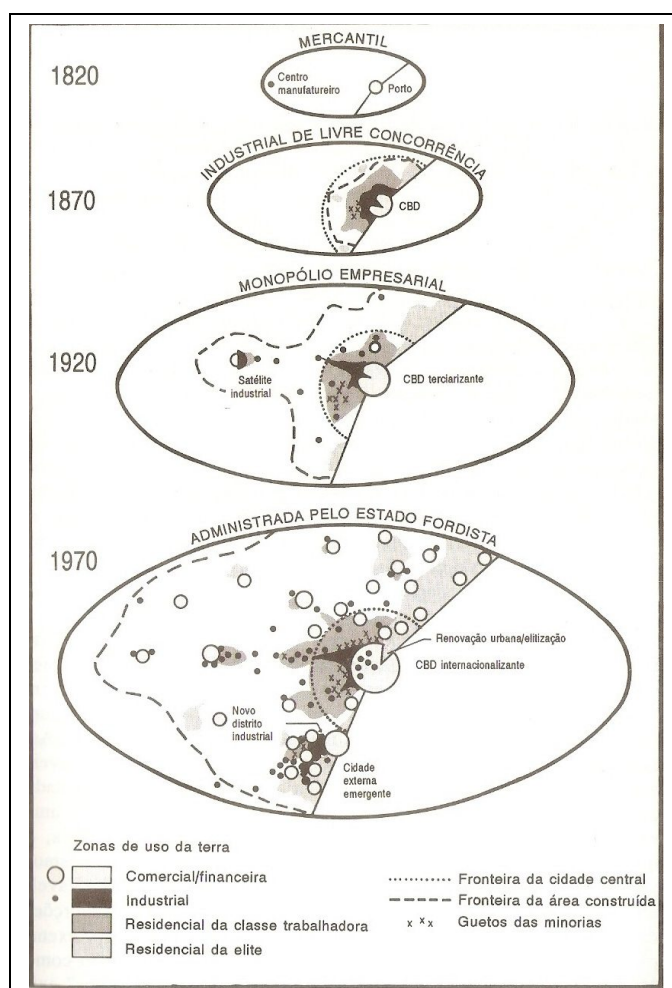


Figura 2 – Evolução urbana da cidade norte-americana  
Fonte: Soja (1993, p. 209).

Os modelos exibidos na Figura 2 servem como generalizações imaginadas e destinadas a ilustrar o conjunto dos processos fundamentais de reestruturação, que não necessariamente ocorrem concomitantemente ou em todas as cidades capitalistas (SOJA, 1993).

O século XIX, igualmente é apontado como o período histórico de profundas transformações urbanas na “*ciudad preindustrial*” espanhola, embora, essas transformações não estejam associadas ao processo de urbanização difusa, presentes no caso norte-americano (CAPEL, 1975, p. 11). Nesse caso em particular, o processo de industrialização, pelo em parte, responde pelas mudanças que ocorreram na morfologia dessas cidades, na Espanha.

Para Gottdiener (1997, p. 18), essa forma de assentamento polimultinucleada, ainda não teria aparecido, de forma qualitativa, nos países europeus mesmo naqueles mais industrializados. “Nos países da Europa Ocidental, as cidades centrais continuam a manter muitas das funções, formas, estruturas e processos urbanos tradicionalmente investigados”.

Gottdiener (1997) realizou estudos sobre o desenvolvimento de regiões metropolitanas, buscando compreender a reestruturação espacial e a desconcentração urbana dessas regiões, nos EUA, no Pós Guerra. Entretanto, percebeu que formas existentes de abordar o desenvolvimento urbano eram inadequadas a um entendimento da natureza polinucleada e expansível do crescimento metropolitano nos EUA. Para ele, a ecologia urbana e a economia política marxista são ambas teoricamente limitadas, no que diz respeito a esses estudos.

Ao estudar a região metropolitana de Nova York, Gottdiener (1997) concluiu que a dispersão regional pouca relação tinha com as aglomerações na cidade central, como habitualmente se acreditava, dependendo muito mais das forças sociais que no plano da própria sociedade, influenciam seus padrões internos de diferenciação funcional. O referido autor define a cidade dispersa como sendo polinucleada e funcionalmente integrada pela matriz tridimensional de organização social; aspectos esses ligados a uma hierarquia estruturada por processos ligados um sistema global, a acumulação de capital e a nova divisão internacional do trabalho (GOTTDIENER, 1997).

Gottdiener (1997, p. 17), denomina essa forma de desenvolvimento urbano de “região metropolitana polinucleada”, distinguindo-a das análises daqueles que persistem em encará-la simplesmente como uma aversão mais ampla da cidade, de forma que a dispersão ocorre de maneira instrumental e hierárquica, integrada a ações de forças sistêmicas. Essas regiões polinucleadas não são mais organizadas pelas atividades sócio-espaciais do centro histórico da cidade, em contraste com a imagem da cidade que os analistas urbanos convencionais defendem.

Palavras como urbano e rural, antes empregadas para classificar lugares, perderam seu valor analítico. Os campos da ciência urbana exigem uma reconceituação, pois os padrões de organização espacial mudaram (GOTTDIENER, 1997). Para Sposito (2009), a unidade espacial da cidade, em contraponto ao campo, encontra-se em processo de dissolução, em função do espraiamento do tecido urbano e da diminuição relativa das taxas de densidade demográfica em espaços urbanos ou periurbanos.

Sposito (2009), afirma que cada vez menos se percebe com nitidez onde termina a cidade e começa o campo, por outro lado, cada vez mais se intensificam os fluxos de pessoas e mercadorias entre espaços rurais e urbanos e o uso do tempo social cotidiano está dividido entre ambientes e paisagens que poderiam ser considerados como campo e cidade.

O termo que melhor descreve os padrões de dispersão seria desconcentração, sob o ponto de vista de Gottdiener (1997, p. 19), ao afirmar que “Desconcentração se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais”. Para ele, a desconcentração trata-se de um fenômeno urbano, decididamente não rural.

A região desconcentrada, polinucleada, depende da ação das relações capitalistas tardias tanto na agricultura quanto na indústria – de modo que o espaço é transformado pela moderna propriedade fundiária em ambas as extremidades da região metropolitana (GOTTDIENER, 1997). Sposito (2009), afirma que esse espraiamento do tecido urbano analisado pelo seu caráter de dispersão, difusão ou descontinuidade territorial, coloca em dúvida a distinção da Antiguidade, entre cidade e campo.

Na cidade difusa, os loteamentos, condomínios horizontais e verticais fechados são produtos associados aos ideais de segurança, melhor qualidade ambiental e de vida que ampliando e fortalecendo a tendência de uma cidade dispersa, nesse sentido favorecida pela generalização do veículo automotor de uso particular (SPOSITO, 2009).

Esse ideal de uma vida tranquila, assegurado ilusoriamente pelos “enclaves fortificados”, se fundamenta no que Caldeira (2011) define como “fala do medo”. Nesse sentido, para Sposito (2009, p. 42), a cidade é pensada e vivida aos pedaços, de modo sempre provisório ou por tempos curtos, “pois não há mais âncoras sociais, políticas ou econômicas que nos atrem a ambientes urbanos e/ou nos façam apreender a cidade como conjunto”.

Essa segregação e fragmentação do tecido urbano expressam a articulação dos interesses da produção imobiliária e de outros setores econômicos, entre eles, o turismo, conforme pesquisas de Monteiro, 2009; Anjos; Oliveira, 2009; e Diógenes, 2009. Diante desse quadro, o desenvolvimento urbano disperso tem implicações diretas na gestão pública e na qualidade de vida da população urbana.

Gottdiener (1997, p. 28), defende que essa forma de dispersão pode ser evitada, ao afirmar que “Não há nada inevitável no que se refere aos padrões de crescimento, apesar do ímpeto conservador da teoria convencional que procura convencer-nos dessa

inexorabilidade”. Ele propõe um *design* humanista de meios ambientes sociais, para orientar padrões de crescimento da sociedade.

A produção social do espaço de Gottdiener (1997, p. 267), estabelece alguns elementos classificados em sete pontos: 1) padrões de assentamentos produzidos pelo sistema de organização social, estruturado tanto verticalmente como horizontalmente; envolve forças econômicas, políticas e culturais ligadas dialeticamente; 2) a cidade dispersa é resultado do desenvolvimento contínuo do sistema capitalista que se materializa no espaço; 3) o setor imobiliário é a linha de frente desse processo. A terra é sempre um investimento atrativo, mesmo em períodos de crise do sistema; 4) o desenvolvimento sócio-espacial é tanto produto do Estado quanto do setor privado. Por essa razão, o Estado tem um papel fundamental no entendimento do processo de urbanização difusa (ou do surgimento da “região metropolitana polinucleada”); 5) ideologia do pró-crescimento equipara o bem-estar do lugar à sua capacidade de promover desenvolvimento econômico (para o autor, isso é falso); 6) desenvolvimento desigual, característica obviamente presente no processo de urbanização difusa; 7) profundas mudanças no comportamento dos moradores dessas cidades polinucleadas pela falta de experiências mútuas; o individualismo exacerbado; falta de mobilização coletiva; desmotivação política.

Para superação das contradições sócio-espaciais do processo de urbanização difusa, presente nas cidades desconcentradas ou polinucleadas, Gottdiener (1997) faz defesa do retorno à luta por uma vida comunitária equilibrada, fundamentada em uma justiça social. A questão em pauta se justifica coerente, sobretudo, quando se observa o aprofundamento do turismo “sol e mar”, responsável por processos mercantilistas de apropriação da cidade, submetida a lógica global de reprodução do capital.

Dado o fato que, o modelo econômico adotado não busca superar os graves problemas sociais existentes, resultado de sua contraditória e seletiva forma de reprodução, Santos (1993, p. 5), questiona a validade da cidadania no Brasil, posto que em uma democracia verdadeira, é o “modelo econômico que deve se subordinar ao modelo cívico, partindo do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão”.

### **Considerações finais**

Com base na bibliografia consultada, observa-se que a atividade turística se constitui em indutora espacial de urbanização difusa e do processo de metropolização, processo que se torna mais evidente no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990,

com o Programa de Desenvolvimento do Turismo/NE, se intensificando nos anos 2000, com a entrada de investimentos nacional/internacionais nos setores turístico e imobiliário.

O processo de urbanização caracterizado pela difusão espacial da metrópole tem implicado, entre outras consequências, na redução de cidades dedicadas a vida rural, com alterações na paisagem e no modo de vida tipicamente tradicional dessas comunidades, gerando uma reserva de mão de obra barata e abundante, para a indústria e outros setores produtivos e de serviços.

Atualmente, uma desconcentração em escala regional caracteriza os padrões de crescimento do espaço de assentamento, em algumas metrópoles brasileiras. Tal processo envolve ao mesmo tempo aglomeração e desconcentração dispersas, em escala regional e metropolitana, submetido a lógica de reprodução do capital, sobretudo, imobiliário e turístico.

Certas atividades comerciais, a indústria, atratividades culturais, estruturas políticas locais e fontes financeiras, em alguns casos, se distanciaram do centro histórico da cidade, entretanto, nota-se que a administração financeira e o turismo em distritos comerciais das cidades permanecem como polos concentrando certas funções. Portanto, a corporação multinacional é uma forma fenomenal de capital e a metrópole desconcentrada é a forma correlata do capitalismo tardio.

A literatura especializada estabelece que a distinção conceitual entre urbano e rural vem se tornando obsoleta, nesse atual contexto histórico da metrópole desconcentrada. No sentido de que, desde a Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo a partir da década de 1990, a agricultura vem assumindo características de empresa industrial, global, de corporações gigantescas produzindo alimentos em massa (agroindústria).

Observa-se, igualmente, que no contexto da cidade difusa, a desconcentração regional metropolitana estaria mais associada a mudanças de localização de residências do que de negócios, independente da localização de indústrias. Por fim, considerando o papel da atividade turística na produção do espaço e sua relação com o processo de urbanização difusa, o turismo enquanto atividade econômica e social necessita de regulamentação, fiscalização e controle com o objetivo de se evitarem formas multipolinucleadas e expansíveis de crescimento metropolitano, especialmente no Nordeste, alvo recente dos setores imobiliário e turístico nacional/internacional.



## Referências

ANJOS, Francisco Antonio; OLIVEIRA, Lisete Assen. Turismo e dispersão urbana no litoral de Santa Catarina. In: REIS, Nestor Goulart. **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 197-210.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3ª ed. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2011. 400 p.

CAPEL, Horacio. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado "Modelo Barcelona". **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de febrero de 2007, vol. XI, núm. 233.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo y morfología urbana en España**. Realidad Geografica. Vol. 4. Barcelona: Los Libros de la Frontera, 1975, 142 p.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: \_\_\_\_\_; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EDUECE, 2007. p. 19-43.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁGIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Turismo e dispersão urbana na área Metropolitana de Fortaleza. In: REIS, Nestor Goulart. **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 211-239.

EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves. **A formação da rede de cidades da América do Sul**. Anais: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia, de 08 a 12 de outubro de 2011.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. Prefácio e tradução: Armando Corrêa de Andrade. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). **Regiões de Influência de Cidades** - 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 201 p.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 133 p.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo, modernidade, globalização**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 136-154.

MONTEIRO, Marcia Rocha. Turismo, setor imobiliário e dispersão urbana – litoral de Alagoas. In: REIS, Nestor Goulart. **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 177-196.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume Editora, 2007. 232 p.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR/NE. In: \_\_\_\_\_. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 147-162.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324 p.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 2009. 144 p.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 176 p.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993. 133 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart. **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 38-54.

VERGOPOULOS, Kostas. **Globalização**: o fim de um ciclo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 287 p.

*Recebido em Novembro de 2013.*

*Publicado em Janeiro de 2014.*